



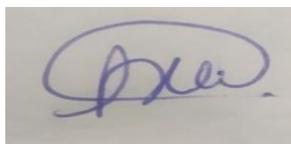
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**



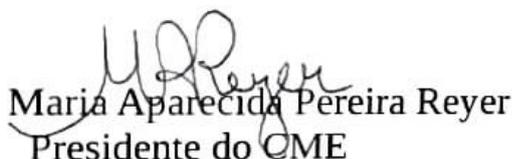
Ata nº 038/2023

Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, reuniram-se, em sessão ordinária na sede do CME, os conselheiros Cláudia Batista, Dináh Quesada Beck, Elisa da Silva de Freitas, Elisângela Macedo, Gisele Perazzo, Janaína Domingues, Jenefan Leite, Rita de Cássia Madruga de Souza, Rosimeri Machado, Samira Feijó, Sílvia Barreto Soares, a assessora técnica Jaqueline Michelle e a secretária Lílian Xavier Machado; presididos pela conselheira Maria Aparecida Reyer. Ausentes por motivo justificado os conselheiros Alexandre Souza, Ângela Atalla, Lisiane Kisner Silveira Torres, Naraína Domingues, Patrícia Noronha, Suzane Barros e Viviane Maria Rodrigues da Fontoura. A reunião começou com a leitura e aprovação da Ata 037/2023. A seguir, foi repassada ao Pleno a seguinte correspondência recebida pelo CME: a) Ofício 00852.003.669/2023-0003, datado de dezoito de dezembro de dois mil e vinte e três, encaminhado pelo Ministério Público, solicitando informações sobre o processo de autorização de funcionamento da Escola de Educação Infantil Kids Mais Kids. Também foi repassada ao Pleno a seguinte correspondência expedida: a) Ofício 148/2023, datado de dezoito de dezembro de dois mil e vinte e três, encaminhado à Universidade do Rio Grande, manifestando apoio à criação de curso de doutorado em Educação; b) Ofício 149/2023, datado de dezenove de dezembro de dois mil e vinte e três, encaminhado ao Ministério Público, respondendo ao Ofício 00852.003.669/2023. Quanto ao constante em Ata anterior, sobre a solicitação da conselheira Rosimeri de o CME expedir documento dando autorização provisória para as escolas que se credenciaram neste CME, a conselheira Elisângela alertou que credenciamento e autorização são processos diferentes e que a atual legislação não prevê que escolas apenas credenciadas estejam aptas a funcionarem. A conselheira Rita informou que a direção da Escola Só Baby compareceu em uma das reuniões da Associação das Escolas Particulares de Educação Infantil e utilizou as fotos do evento para publicar em suas redes sociais como prova de que a escola estaria autorizada pelo CME. A conselheira Rosimeri disse que o que está em questão é o fato de que as escolas precisam apresentar junto à Secretaria da Fazenda um parecer de autorização para receberem o Alvará provisório. A conselheira Dináh disse que o CME pode pensar em alterar o termo “credenciamento” a fim de evitar má interpretação das escolas ao que a assessora técnica Jaqueline respondeu que o termo “credenciamento” é o termo padrão utilizado por todos os CMEs, conforme orientação da UNCME/RS. A presidente do CME questionou se os conselheiros gostariam de alterar o tempo previsto na Resolução 043/2022 entre o credenciamento e a emissão do Parecer se autorização de funcionamento de um ano para seis meses. Os conselheiros decidiram por retornar a esse ponto de pauta nas primeiras reuniões do Pleno no próximo ano. A conselheira Elisângela ressaltou que nenhuma escola pode funcionar sem ter recebido autorização para tal e que cabe aos órgãos do município autuarem e fecharem espaços irregulares ou clandestinos. A conselheira Janaína sugeriu que se acrescente aos documento emitidos no ato de credenciamento que a escola não poderá funcionar sem o Parecer de autorização. Dando continuidade, passou-se à aprovação dos Pareceres que tomam ciência do PPP e aprovam os regimentos das escolas municipais Carmem Regina Teixeira Baldino, CAIC, Porto Seguro, Belas Artes Heitor de Lemos e Altamir de Lacerda. A presidente informou que a direção da Escola de Educação Infantil Mundo Encantado entrou em contato para informar que pretende encerrar o processo de autorização de funcionamento. A conselheira Samira disse que foi questionada se o conselheiro Alexandre seria o responsável pela elaboração da Resolução sobre a Educação

em Tempo Integral e que a proposta pedagógica da SMEd estaria aguardando a aprovação do secretário de município da educação. A presidente respondeu que o conselheiro Alexandre não é o responsável pela elaboração da citada resolução. A presidente também disse que chegou ao CME denúncia sobre o não cumprimento dos dias letivos em uma das escolas da rede municipal ao que as conselheiras Elisângela e Samira informaram que a SMEd já elaborou estratégias para computar os dias letivos não ofertados. A conselheira Jenefan disse que denúncias como essa também tem sido encaminhadas ao Conselho Tutelar. A presidente do CME solicitou que os conselheiros tecessem suas considerações sobre o trabalho realizado ao longo do ano. A conselheira Elisângela disse que a seu ver o trabalho do CME evoluiu bastante, inclusive na questão do respeito durante as reuniões e está satisfeita com a conclusão das atividades a que se propôs. A conselheira Rita concordou e ressaltou como um dos pontos de dificuldades a troca de conselheiros no decorrer do ano. A conselheira Elisa agradeceu o apoio, a paciência e a tolerância dos demais conselheiros. A conselheira Dináh falou de seu gosto em participar das reuniões, que entende como aprendizado as atividades realizadas e agradeceu o apoio de todos. A conselheira Jenefan concordou com a fala da conselheira Rita e ressaltou que houve momentos em que o debate de cunho político prejudicou as reuniões do pleno. A conselheira Janaína disse que pretende continuar participando das reuniões e agradeceu a todos. A conselheira Sílvia disse estar satisfeita em participar do CME e que também pretende continuar como conselheira. A conselheira Cláudia agradeceu o apoio de todos e disse sentir-se feliz em ter conseguido analisar o processo sob sua relatoria. A conselheira Samira agradeceu o aprendizado, o cuidado dos funcionários do CME e disse também pretender continuar sendo conselheira de educação. A conselheira Rosimeri disse sentir-se feliz com o trabalho realizado, mas talvez não possa continuar exercendo suas funções como conselheira. Por fim, a presidente do CME classificou o ano que se encerra como cansativo, porém bastante produtivo, apesar dos problemas enfrentados como a disponibilização de viaturas. Ressaltou a organização do COMED e do CONAE e a eleição para diretores das escolas municipais. Agradeceu o empenho e a dedicação de todos. A presidente do CME, juntamente com a conselheira Rosimeri prontificaram-se a agendar reunião com a Secretaria da Fazenda para tratar sobre a questão da emissão dos Alvarás. Esgotada a pauta da reunião e nada mais havendo a tratar, eu, Lílian Xavier Machado, lavro a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pela presidente.



Lílian Xavier Machado  
Secretária do CME



Maria Aparecida Pereira Reyer  
Presidente do CME